

## A VIOLÊNCIA E A INDISCIPLINA ENQUANTO TRANSGRESSÕES QUE EXLUEM O ALUNO DO COTIDIANO ESCOLAR

Paulo Pires de Queiroz<sup>1</sup>

### Resumo

O artigo problematiza o debate sobre violência e indisciplina no ambiente escolar. A temática tem se convertido não apenas numa queixa recorrente dos agentes escolares, mas também numa preocupação candente da sociedade civil. Tomadas em geral como emblemas dos novos e incômodos tempos, violência e indisciplina constituem questões espinhosas que exigem uma sóbria contrapartida reflexiva, a fim de que evitemos uma leitura alarmista e aligeirada da questão. A metodologia de trabalho respaldou-se na análise do cotidiano escolar e em algumas pesquisas acadêmicas. As considerações finais são um panorama da complexidade de perspectivas que a discussão requer, apontando para as exigências da construção de um *ethos* escolar sempre efervescente, jamais ameaçador.

**Palavras-Chave:** Violência, indisciplina, escola, educação.

### VIOLENCE AND INDISCIPLINE AS TRANSGRESSIONS WHICH EXCLUDE THE STUDENT TO THE SCHOOL QUOTIDIAN

### Abstract

This article aims to discuss the academical debate about violence and indiscipline at the school environment. Certainly, the issues of violence and indiscipline have become not only a recurrent complaint of school agents but also a capital concern of civil society. Taken in general as symbols of this new and uncomfortable time, violence and indiscipline are tricky issues that require a reflexive counterpart in order to avoid alarmist and rushed perspectives. The methodology was based on the analysis of some observations made at schools in the Rio de Janeiro State and some recent studies. The final considerations draw an overview of this complex and controversial discussion, pointing out the demands for the construction of

---

<sup>1</sup>Cientista Social e PhD em Filosofia e Humanidades. Professor e Pesquisador Adjunto do Departamento Sociedade, Educação e Conhecimento – SSE, na Faculdade de Educação, da Universidade Federal Fluminense – UFF. E-mail: [ppqueiroz@yahoo.com.br](mailto:ppqueiroz@yahoo.com.br).

an ever-effervescent school *ethos*, never threatening.

**Keywords:** Violence, indiscipline, school, education.

## Introdução

A qualidade deficitária da educação brasileira vem se tornando uma evocação indiscriminada que, pelo desgaste semântico, pode acarretar generalizações indevidas, além de cometer certa injustiça em relação ao intrincado processo de democratização escolar. Esta reflexão tem como finalidade problematizar a compreensão e o debate sobre violência e indisciplina no cotidiano escolar. Apesar da apreensão recorrente de que seriam fenômenos interligados, violência e indisciplina não portam uma mesma raiz e esses conceitos possuem significados e alcances que ganham corpo e espaço em diferentes momentos na educação nacional.

Será que a violência e a indisciplina tomaram conta das escolas? Há estudos que indicam que a escola ainda é um lugar protegido, tendo em vista a dimensão da violência social. É o lugar onde todos estão, isso porque conseguimos que todas as crianças brasileiras sejam acolhidas no ensino fundamental. É o primeiro direito social que, no Brasil, tem seu acesso praticamente universalizado<sup>2</sup>. Esse é o primeiro passo para a realização do direito à educação.

Por outro lado, não existe a possibilidade de pensarmos a escola com uma única expressão e inserção. Há muitos tipos e possibilidades de se constituir uma escola, que se refletem em sua arquitetura, seu projeto político-pedagógico, suas normas, na relação entre os integrantes da instituição no cotidiano escolar.

Existem escolas democráticas e escolas autoritárias, tanto na rede particular como na pública. Em umas e outras há diversas formas de disciplina. Temos escolas públicas com excelente conteúdo e, particulares, com péssima atuação. Existem escolas que, por não terem mais a centralidade do ensinar e aprender, por não assumirem a realização do direito humano à educação, parecem prisões.

---

<sup>2</sup>Cf. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA). Brasil: o estado de uma nação. Brasília, DF: IPEA, 2006, p. 135.

Nas prisões, há rebeliões. Hoje, situações frequentes e “normais” nas escolas até certo tempo ganham dimensão enorme: tratadas anteriormente como transgressões disciplinares, são vistas como forma de violência. Chama-se por polícia, pela mediação da autoridade do Ministério Público e do Judiciário. Condutas que geravam indiferença e eram tratadas com a mediação da autoridade escolar são paulatinamente criminalizadas.

O desenho da reflexão desse artigo apresenta quatro momentos analíticos. O primeiro aborda a questão da violência contra a escola, da escola e na escola. O segundo analisa a relação escola e juventude problematizando questões muito significativas. O terceiro constrói uma tentativa de compreensão da relação violência versus indisciplina, esclarecendo pontos importantes da interface desses conceitos. Por fim, o último momento reflexivo compreende as transgressões da ordem escolar.

Portanto, o que podemos dizer, inicialmente, é que existe um debate sobre a temática refletindo a própria construção do objeto em questão. Há escolas que respondem de formas diversas às contradições e aos desafios da educação na sociedade atual.

### **Violência contra a escola, da escola, na escola**

Para organizar a discussão, aparentemente infundável e em expansão sobre a violência em espaços escolares, pode-se pensar na violência contra a escola, da escola e na escola, sendo esta última a condensação de todo o mal estar criado nas demais dimensões.

Violência contra a escola – geralmente, o exemplo dado quando se fala de violência contra a escola são as pichações, depredações, bombas no banheiro. Os agressores? Alunos ou ex-alunos. Quais são os conflitos que permeiam essas ações contra a escola? Pode-se trabalhar com hipóteses: Uma é a ausência de confiança nas promessas fundadoras da instituição escolar. Instituição central da modernidade, universaliza-se com a promessa de instituição comprometida com a igualdade de

oportunidades. Ou seja, instituição vinculada à ideia de justiça. E, hoje, para que serve a escola? A escola é uma instituição que guarda, alimenta e diverte. Será que o papel da escola ainda é ensinar? Parte da violência contra a escola deve-se a esse lugar ambíguo que ela ocupa atualmente. Como se, no momento em que universalizamos o direito à educação, não pudéssemos realizá-lo, não pudéssemos fazer com que a escola cumprisse o seu papel. O que a violência contra a escola gera? Prédios pobres, sujos, degradados. Lugares onde ninguém quer estar.

Violência da escola – Sugere a existência de uma dimensão institucional própria de violência. Profundamente vinculada à violência contra a escola. Já identificada, está a violência da escola como a instituição que reproduz a sociedade como ela é. Se a sociedade é desigual, reproduz, sistemicamente, a desigualdade, e os conflitos que aí existem: entre gerações, de classes, de gênero, de raça, de posição social e de *status*, entre saberes. Revela-se na discriminação (sexo, raça, condição social, opção sexual, padrões de beleza); no não ensinar, criando o espaço sem sentido, espaço vazio. Revela-se na indiferença, na confusão entre o comportamento privado e o comportamento público. Nessa dimensão, se reproduz uma sociedade marcada pelo isolamento, pela falta de esperança, de projetos comuns, pela pobreza, pela injustiça. O que essa violência gera? Uma instituição marcada pela dinâmica de vitimização e agressão. Os professores sentem-se vítimas de seus alunos – indiferentes e agressivos. Os alunos sentem-se vítimas de seus professores, que os discriminam e que não ensinam. Novamente aparecem os sintomas de abandono, desistência e faltas. A escola torna-se um lugar de passagem, há escolas que sofrem uma renovação material e pedagógica constante, impedindo a consolidação de um projeto consistente.

Violência na escola – aqui se chega ao resultado dessas várias dimensões, no cotidiano escolar. Os fatores apontados: prédios abandonados, grades, pichações, professores desmotivados, nada de conhecimento, reprodução da pobreza geram o que se chama de violência na escola: furtos, roubos, agressões, ameaças, brigas, substituindo as antigas queixas de indisciplina. Os depoimentos de professores e alunos revelam que nas escolas há, muitas vezes, grupos que se desconhecem. Se,

geralmente, fala-se da violência entre os grupos de alunos ou de alunos contra professores, cabe lembrar que os professores pouco se conhecem, são ou sentem-se passageiros, correndo de uma escola para outra. Em algumas escolas a sensação é de que ninguém ocupa o seu lugar, não há sentido no cotidiano, imperando disputas em torno de questões extraescolares, da vida privada. Aparecem, de forma potente naquilo que chamamos de violência na escola, reflexos da violência intrafamiliar, assim como aquelas derivadas da localidade. São múltiplas dimensões condensando-se no cotidiano escolar, conformando aquilo que chamamos de violência nas escolas. Diria, portanto, que a violência na escola reflete de formas próprias a violência contra a escola, a violência da escola, além da violência familiar, urbana e estrutural.

### **Refletindo sobre escola e juventude**

A relação entre as práticas escolares atuais e a juventude é marcada, nos dias atuais, por uma espécie de flagrante descontinuidade ou descompasso. A tomar pelas assertivas de boa parte dos pesquisadores brasileiros da escolarização, estaríamos diante de um quadro extensivo de precariedade e desagregação institucionais. As consequências, poder-se-ia dizer, são desoladoras: desinteresse, desmotivação, baixo desempenho, conflitos de múltiplas ordens e exclusão.

Em “Diálogos com o Mundo Juvenil”, Ana Paula Corti e Raquel Souza (2014) observam que a

distância entre o mundo escolar e o mundo juvenil, com a conseqüente dificuldade de comunicação entre os dois, tem gerado um enfraquecimento da capacidade educativa da escola e favorecido uma socialização juvenil incompatível com os princípios éticos e democráticos. A escola torna-se, então, espaço da vivência da injustiça, do medo e da insegurança, quando não de pura reprodução dos valores racistas e sexistas de nossa sociedade, como demonstram inúmeras pesquisas. Outras marcas dessa situação são a perda da motivação e o desinteresse dos alunos, além da precarização da qualidade do

ensino como um todo, que tem levado a um baixo desempenho dos estudantes (CORTI e SOUZA, 2014, p. 103).

Qual via possível para compreender tal estado de coisas? O eminente sociólogo François Dubet (1998), no texto “A formação dos indivíduos: a desinstitucionalização”, oferece uma análise arguta da contemporaneidade escolar francesa, que poderia, sem excessivos riscos de generalização, ser transposta à realidade brasileira. Segundo ele, desinstitucionalização é o termo mais profícuo para designar as transformações dos “modos de produção dos indivíduos” nos atuais contextos societários. Isso porque uma instituição ( escola, família, igreja, etc.) define-se como o conjunto de papéis e valores que produziram subjetividades por meio da interiorização de seus princípios gerais.

No que diz respeito à escola, Dubet (1998, p. 28) suspeita que ela não mais deve ser tomada, a rigor, como uma instituição, visto que é cada vez mais dificultoso a ela “administrar as relações entre o interior e o exterior, entre o mundo escolar e o mundo juvenil. [...] A tensão entre o aluno e o adolescente está no centro da experiência escolar”. Tal modelo clássico de organização institucional teria se desestabilizado, dando lugar a uma crise progressiva que se desdobraria em dois eixos: da escola fundamental à universidade, e dos grupos mais favorecidos aos grupos menos favorecidos.

O diagnóstico de Dubet (1998) para a propagada separação dos universos escolar e juvenil ancora-se na constatação de que o sistema escolar não mais oferece um verdadeiro enquadramento da vida juvenil, o que faz com que os jovens consigam mais construir experiências do que interiorizar papéis. No cenário institucional clássico, a personalidade individual posicionava-se como fundo, ao passo que o papel institucional despontava como figura dos processos de socialização. Aqui, a crise anunciada revela-se de acordo com a seguinte proposição: no curso dos processos de desinstitucionalização, a personalidade pensa antes do papel. É ela que constrói o papel e a instituição.

Pela trilha aberta por Dubet (1988), é possível afirmar que a crise escolar contemporânea encontra sua expressão máxima no fato de os alunos terem de

construir por si mesmos o sentido de sua vivência escolar, antes assegurada pela adesão aos lugares e papéis da institucionalização escolar. Dai que a construção da subjetividade juvenil, antes contígua à vivência do papel discente, dar-se-ia agora num duplo registro: dentro e fora da escola. É preciso crescer no mundo escolar e naquele do adolescente. Alguns o consegue com facilidade. Outros, ao contrário, vivem apenas em um desses registros. Então sua experiência escolar se desfaz, ela não tem mais muito sentido se os professores não são capazes, por seu engajamento e seu talento, de construir as motivações que, via de regra, não são oferecidas aos alunos.

### **Tentativa de compreender violência versus indisciplina**

Compreender violência versus indisciplina não é tarefa muito simples. Todavia, podem-se encontrar elementos comuns nas diversas definições desses dois conceitos. A disciplina é entendida como a obediência a um conjunto de regras estabelecidas; portanto, a indisciplina é definida negativamente, pelo não fazer, como desobediência ou transgressão à regra. Já a violência implica um fazer: aplicar a força ou qualquer outra forma de coação para se obter um objetivo almejado. Em outras palavras, a violência se manifesta quando o indivíduo, para privilegiar a consecução de seus próprios objetivos, apela para qualquer meio, inclusive a força, para obter o que deseja.

A indisciplina é frequentemente associada à violência, ou seja, é vista como uma manifestação desta. Tal associação fica clara nas queixas de professores acerca do comportamento de seus alunos em sala de aula, que os impedem de desenvolver suas atividades docentes. Tais comportamentos têm sido chamados de incivildades, e variam desde formas mais brandas de desobediências às regras, como conversas em voz alta, risos e movimentação desnecessária em sala de aula, até transgressões mais graves, como troca de insultos, ameaças e empurrões. Em alguns casos, se o professor tenta reprimir tais manifestações, é intimidado por meio de ameaças e agressões. Mesmo que não seja explicitamente ameaçado, mas simplesmente ignorado em seus

apelos para restabelecer a ordem, ainda assim, o desafio à sua autoridade representa uma forma de coação, de intimidação que o impede de agir como gostaria. Nesse sentido, a indisciplina em sala de aula pode ser considerada uma forma de violência.

Por outro lado, devemos considerar se a violência sempre envolve indisciplina na escola. Se pensarmos na sua definição, que seria o uso da força ou da coação para obter um fim desejado, nós diríamos que sim na maioria das vezes. A violência na verdade envolve uma transgressão maior, que é a das regras morais. Coagir alguém, forçar uma pessoa a fazer algo que não deseja, envolve a violação de seu direito ao respeito, configurando uma situação de injustiça. No tocante ao desrespeito à autoridade do professor em sala de aula, está, pelo menos em tese, ocorrendo o desrespeito ao professor de ter o direito a exercer o seu papel docente por meio da intimidação. Nesse caso, temos a indisciplina não só como uma manifestação de violência, mas ainda como manifestação da violação do princípio de justiça, de respeito ao direito do outro.

Entretanto, é preciso ter cuidado ao rotular a indisciplina como um ato imoral, pois ela pode ser uma manifestação de revolta por uma situação de injustiça anterior e, frequentemente, oriunda de um contexto mais amplo, de injustiça social. Esse caso pode ser exemplificado quando os alunos se revoltam contra uma escola que os trata de modo negligente, permitindo faltas frequentes de docentes, os quais, por sua vez, são substituídos por professores ou despreparados para a tarefa, ou que ministram outros conteúdos. Nessa situação, a reação dos alunos que transgridem as regras disciplinares é violenta, não temos como negar, mas não é imoral.

Numa outra perspectiva, pode ocorrer violência na escola que, pelo menos em princípio, não infringe as regras de disciplina, mas sim da moral. Esse tipo de ocorrência manifesta-se de modo pouco explícito, já que pode passar totalmente despercebida aos professores, não estando, portanto, prevista nas normas. É o caso, por exemplo, da exclusão e do isolamento de um aluno, ignorado pelos colegas, que não o inclui nas atividades em grupo, ou mesmo não lhe dirigem a palavra em qualquer situação.

As pesquisas trazem dados preocupantes, pois em sua maioria encontram, no mínimo, um quinto da população estudantil queixando-se de ter sido agredida diariamente na escola, seja por agressões indiretas como exposição ao ridículo, boatos, isolamento, roubo ou danificação de pertences, ou mais explícitas, como empurrões e insultos. Esses dados levam a crer que as regras de conduta, isto é, a disciplina, são elaboradas tendo em vista somente o bom funcionamento da instituição, como obediência a horários, observância a regras de comportamento em sala de aula, o silêncio, etc., e não a convivência escolar e, mais grave que isso, a formação moral de futuros adultos.

### **Compreendendo as transgressões da ordem escolar**

No cotidiano escolar, duas são as tônicas que estruturam o pensamento daqueles que buscam compreender os atos de transgressão da ordem escolar, tanto na forma de indisciplina quanto na de violência: uma de cunho sociológico e outra de matiz psicologizante.

No primeiro caso, tratar-se-ia de perseguir as consequências, geralmente conotadas como perversas, das determinações macroestruturais sobre o âmbito escolar, resultando em reações transgressivas por parte dos estudantes.

No segundo caso, tratar-se-ia de pontificar um diagnóstico de caráter evolutivo, quando não patológico, de “quadros” ou mesmo “personalidades” violentas/indisciplinadas, influenciando a convivência entre os pares escolares.

Em ambas as situações, as transgressões da ordem escolar teriam uma raiz essencialmente exógena em relação à ação dos profissionais: de acordo com a perspectiva sociologizante, nas coordenadas políticas, econômicas e culturais ditadas pelos tempos atuais; na perspectiva psicologizante, na estruturação psíquica prévia dos sujeitos envolvidos em determinado evento conflitivo. Vale a pena ressaltar que uma combinação de tais perspectivas também pode surgir como alternativa à compreensão de determinada situação escolar de caráter transgressivo.

Por outro lado, mesmo que o professor não seja explicitamente ameaçado, mas simplesmente ignorado em seus apelos para restabelecer a ordem, ainda assim, o desafio à sua autoridade representa uma forma de coação, de intimidação que o impede de agir como gostaria. Neste sentido, a indisciplina em sala de aula pode ser considerada uma forma de violência.

A ação escolar e seus percalços são marcados por uma espécie de reprodução difusa de efeitos oriundos de outros contextos institucionais molares (a política, a economia, a sociedade, a família, etc.), que se fariam refletir no interior das relações escolares. A escola e seus atores constitutivos, principalmente o professor, tornam-se reféns de sobredeterminações que os ultrapassam, restando-lhes apenas um misto de desconforto e resignação ante os atos transgressivos.

Nessa direção de raciocínio, as transgressões escolares encontram uma forma de administração tão corriqueira quanto infrutífera: a tentativa de correção/normalização atitudinal do alunado desviante. Primeiro a advertência, depois a represália, por fim o encaminhamento. Numa situação limite, isto é, na impossibilidade do encaminhamento, a opção frequente é a da exclusão do cotidiano escolar.

### **Considerações finais**

A escola que temos se constitui como uma das instituições disciplinares por excelência, veículo de uma ação pedagógica homogeneizadora, voltada para a produção de trabalhadores e cidadãos dóceis. A crítica das instituições disciplinares atingiu a escola contemporânea, ao mostrar como a disciplina, também no ambiente escolar, produz grande parte dos comportamentos que pretendia combater, ao tratar a todos de modo por demais homogêneo, ao submetê-los a uma autoridade inquestionável, ao predispor os indivíduos à obediência cega ou à resistência irrefletida.

A crise da escola tradicional e as novas formas de ensino mais “flexíveis” também têm seus custos e perigos. Pensar na diferenciação entre autoridade e violência permitirá que ocupemos nosso lugar, em uma educação comprometida com os direitos humanos e a democracia. O desafio de pensar uma autoridade democrática implica, em primeiro lugar, poder conter essas duas questões: construir uma certa ordem que esteja, ao mesmo tempo, aberta e disposta à crítica e à transformação. O desafio seria pensar em ordens que contenham o paradoxo da autoridade e da liberdade em uma equação que não subordine a segunda nem se desfaça da primeira, tendo como norte a ideia de uma escola justa.

A percepção das tensões existentes entre alunos ou entre estes e o mundo adulto tem afetado o clima dos estabelecimentos escolares, especialmente a ação dos professores, que passam a sentir-se sob ameaça permanente, quer real ou imaginária. O medo do aluno leva o docente a uma frequente demanda de segurança nas unidades escolares.

A violência e a indisciplina no cotidiano escolar sinalizam um conjunto de insatisfações manifestadas pelos alunos diante de sua experiência escolar e, ao mesmo tempo, as dificuldades da unidade escolar em criar possibilidades para que tais condutas assumam a forma de um conflito capaz de ser gerido no âmbito da convivência democrática.

Enfim, é importante que o trabalho voltado para a disciplina e prevenção da violência no cotidiano escolar seja feito com a participação de toda a comunidade envolvida na discussão dos princípios subjacentes às normas a serem estabelecidas e seguidas, e, também, na sua aplicação justa e proporcional à falta por todos os responsáveis, os quais devem ser sensibilizados para essa importância.

### Referências

ALVES, Mariana Gaio. (Re) pensar os modos de habitar a escola – contributos de pesquisas sobre indisciplina e violência. In: VIEIRA, M.; RESENDE, J.; NOGUEIRA, M.; DAYRELL, J.; MARTINS, A.; CALHA, A. **Habitar a escola e as suas margens: geografias plurais em confronto**. Porto alegre: Instituto Politécnico de Porto alegre – ESE, 2013. p. 123-144. E-book.

AQUINO, Júlio Groppa (Org.). **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1996.

CORTI, A. P.; SOUZA, R. **Diálogos com o mundo juvenil: subsídios para educadores**. São Paulo: Ação educativa, 2014.

DUBET, F. A formação dos indivíduos: a desinstitucionalização. **Revista contemporaneidade e educação**, ano 3, v.3, p.27-33, 1998.

DUBET, F. Quando o sociólogo quer saber o que é ser professor. **Revista brasileira de educação**, n.5-6, p.222-231, 1997.

DUBET, F. **Sociologia da experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

GONÇALVES, Ana Paula. **(In) disciplina e (inter) ação pedagógica: do discurso às práticas**. 2011. 357 f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2011.

HENNING, Leoni Maria Padilha; ABBUD, Maria Luiza Macedo (Org.). **Violência, indisciplina e educação**. Londrina: Eduel, 2010.

SÁ, José Ilídio. **Bullying nas escolas: prevenção e intervenção**. 2012. 609 f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Universidade de Aveiro, Aveiro, 2012.

SCHILLING, Flávia. **Educação e direitos humanos: percepções sobre a escola justa**. São Paulo: Cortez, 2014<sup>a</sup>

SCHILLING, Flávia. **Sociedade da insegurança e violência na escola**. São Paulo: Summus, 2014b.

SCHILLING, Flávia. Igualdade, desigualdade e diferenças: o que é uma escola justa? **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 31-48, jan./mar. 2013.

SEBASTIÃO, João. *Violência na escola, processos de socialização e formas de regulação*. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 71, p. 23-37, 2013.

SEBASTIÃO, João; ALVES, Mariana Gaio; CAMPOS, Joana. *Violência na escola e sociedade de risco: uma aproximação ao caso português*. In: SEBASTIÃO, J. (Org.). **Violência na escola: tendências, contextos e olhares**. Santarém: Cosmos, 2010. p. 15-42.

Data de envio: 09 de Maio de 2017.

Data de aceite: 01 de Junho de 2017.